

A. I. N° - 279467.0006/05-3
AUTUADO - AUTO PEÇAS COSTA LTDA.
AUTUANTE - ARNALDO OLIVEIRA NOVAIS
ORIGEM - INFAZ JEQUIÉ
INTERNET - 14/09/05

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0304-03/05

EMENTA: ICMS. CONTA “CAIXA”. SUPRIMENTOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Suprimentos à conta “Caixa” sem a comprovação de sua origem indicam que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Não comprovada pelo contribuinte a origem e o efetivo ingresso dos recursos na referida conta. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 07/06/05, para exigir o ICMS no valor de R\$18.700,00, acrescido da multa de 70%, em decorrência da omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de suprimentos feitos à conta Caixa, de origem não comprovada. Consta, na descrição dos fatos, que a irregularidade foi constatada “sob a forma de empréstimos tomados de terceiros ao longo do exercício de 2000”. Intimado para apresentar documentos que comprovassem os empréstimos, o contribuinte apresentou notas promissórias, sem ter apresentados os documentos comprobatórios, a exemplo de depósito bancário. “Não existe coincidência entre as data de emissão das notas promissórias e aquelas constantes no livro Diário referente ao registro dos empréstimos ali escriturados. Finalmente, após a exclusão de tais empréstimos do montante dos ingressos referente ao exercício de 2000, bem como dos ajustes necessários à reconstituição da situação do caixa, conforme demonstrativo em anexo, verificou-se que o contribuinte apresentou saldo credor de caixa no decorrer do exercício de 2000”.

O autuado apresentou defesa (fls. 672 a 673), alegando que não ocorreu a omissão de saída de mercadorias tributáveis apontada na autuação, tendo em vista que para honrar seus compromissos recorreu a empréstimos tomados da empresa ALC COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, Inscrição Estadual nº 23.056.932, “a qual tem o mesmo quadro societário da autuada”, que os referidos empréstimos garantidos através de contrato de mútuo e notas promissórias no valor total de R\$110.000,00.

Diz que para provar a veracidade dos fatos alegados, junta ao processo os seguintes documentos:

- 1) cópia da página do livro Razão Analítico e do Diário Geral, referente ao período de janeiro de 2000 a dezembro de 2001, da empresa ALC COMBUSTÍVEIS LTDA, onde consta a escrituração do empréstimo efetuado ao estabelecimento autuado no valor de R\$120.000,00;
- 2) cópia de oito notas promissórias perfazendo o valor de R\$110.000,00;
- 3) cópia de oito contratos de mútuo correspondentes às respectivas notas fiscais.

Finaliza, pedindo a improcedência do Auto de Infração.

O autuante, em sua informação fiscal (fl. 695 a 697), contesta as alegações defensivas esclarecendo que durante o procedimento fiscal o autuado não apresentou documentos que dessem respaldo aos registros na sua contabilidade dos empréstimos tomados, tendo apresentado apenas as notas promissórias para tentar justificar a origem dos recursos contabilizados.

Afirma que, subsidiariamente, procedeu ao exame da situação do caixa no exercício de 2000, conforme demonstrativo consolidado juntado à fl. 24, com a exclusão dos supostos empréstimos que resultou na apuração de saldos credores do caixa nos meses de maio, junho, novembro e dezembro de 2000.

Com relação aos empréstimos em questão, diz que o simples lançamento nos livros Diário e Razão não comprovam a veracidade das transações. Alega que para comprovar os empréstimos seria necessário, "no mínimo que os pagamentos efetuados a Auto Peças Costa pela empresa ALC Comércio de Combustíveis Ltda. fossem acobertados por cheques".

Afirma que a falta de apresentação de comprovantes bancários ratifica a origem de recursos não comprovados e que é um absurdo considerar que valores tão relevantes tenham sido tomados em espécie.

Quanto a documentação apresentada na defesa ressalta que:

- a) o documento juntado à fl. 674, registra no livro Diário um pagamento de R\$120.000,00 em 31/12/00 sem que fosse comprovada a efetivação desses pagamentos durante o ano, por parte da ALC Comércio de Combustíveis ao estabelecimento autuado;
- b) não há depósitos bancários que comprovem os lançamentos;
- c) o documento juntado à fl. 677, registra no livro Razão Analítico pagamentos realizados no exercício de 2001, o que no seu entendimento comprova a insubsistência do caixa no exercício de 2000 e da mesma forma, não há depósitos bancários que comprovem os lançamentos;
- d) não ficou comprovado a efetivação desse pagamentos no exercício de 2000.

Finalmente, confirma os procedimentos realizados e mantém a ação fiscal.

VOTO

O Auto de Infração em lide foi lavrado para exigir o ICMS em decorrência da omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de suprimentos, feitos à conta Caixa, de origem não comprovada.

O autuado, na sua defesa, alegou não ter ocorrido a omissão de saída de mercadorias tributáveis apontada na autuação, tendo apresentado Contratos de Mútuo com a empresa ALC COMBUSTÍVEIS LTDA e Notas Promissórias no valor de R\$110.000,00 e cópias das páginas do Livro Diário e Razão, onde consta a escrituração do empréstimo efetuado ao estabelecimento autuado no valor de R\$120.000,00.

Por sua vez, o autuante contestou as alegações defensivas afirmando que o autuado não apresentou durante a fiscalização, nem no momento da apresentação da defesa, qualquer documento que fizesse prova dos registros na sua contabilidade dos empréstimos tomados, tendo apresentado apenas as notas promissórias e registros em livros contábeis para tentar justificar a origem dos recursos contabilizados, a exemplo de extrato bancário, cópia de cheques, cópia de depósitos, etc.

Da análise dos documentos juntados aos autos e das alegações defensivas, verifico que no demonstrativo juntado pelo autuante à fl. 09, o estabelecimento autuado registrou na sua escrita contábil a tomada de diversos empréstimos nos meses de fevereiro, março, abril e dezembro de 2000, com valores respectivos de R\$20.000,00, R\$10.000,00; R\$40.000,00 e R\$40.000,00, conforme

lançamentos registrados no seu livro Caixa, e indicados nas cópias juntadas às fls. 116, 117, 120, 125, 127, 181, 182 e 185.

Os documentos apresentados na defesa às fls. 674 a 693, indicam o registro no livro Diário do suposto empréstimo de R\$120.000,00 feito ao autuado pela empresa ALC Combustíveis Ltda e o registro do recebimento do empréstimo em 12/01/01 de R\$60.000,00 e em 12/04/01 de R\$50.000,00 (fl. 677).

As alegações da regularidade destas transações financeira não podem ser acatadas, tendo em vista que:

- a) Considerando a relevância dos valores apresentados, não há nenhuma comprovação documental do ingresso dos recursos supostamente tomados de empréstimos, a exemplo de: depósito bancário, cópia de cheque, extrato bancário, etc.
- b) Da mesma forma, não há nenhuma comprovação documental do pagamento nos prazos de liquidação do supostos empréstimos contraídos, a exemplo de depósito bancário, cópia de cheque, extrato bancário, etc, que correspondam às datas registradas nos livros próprios;
- c) A simples apresentação de Contrato de Mútuo e Notas Promissórias, não fazem prova efetiva de que ocorreram as entradas de recursos no caixa do estabelecimento autuado.
- d) Ademais, constato que o documento juntado à fl. 678, suposto Contrato de Mútuo, indica que o mesmo teve sua firma reconhecida em 21/02/2000, no entanto o carimbo apostado pelo Tabelião do Cartório, sobrepôs o verso da fl. 677 que foi emitido em 04/07/05. Isto comprova que o documento da fl. 678 teve sua firma reconhecida após a elaboração do documento da fl. 677 (2005), portanto, há indícios de tal documento não expressa a verdade dos fatos, e o mesmo se conclui em relação aos demais contratos elaborados na mesma época e consta carimbos. Portanto não acato as provas apresentadas pelo contribuinte.

Ressalto que se está exigindo o imposto devido em razão da omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através da constatação de suprimentos, realizadas na conta Caixa, sem a comprovação de sua origem.

Consoante o disposto no § 4º do artigo 4º da Lei nº 7.014/96, “o fato de a escrituração indicar saldo credor de Caixa, suprimentos a Caixa não comprovados ou a manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes, bem como a ocorrência de entrada de mercadorias não contabilizadas, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção”.

Dessa forma, a existência de suprimentos de origem não comprovada, feitos no Caixa, autoriza a presunção legal de que o contribuinte, em momento anterior às aquisições, promoveu saídas de mercadorias tributáveis sem documentos fiscais, ressalvada a prova da improcedência da presunção, o que não aconteceu nesta autuação.

Levando em consideração que se trata de uma presunção legal, o valor total da omissão deve ser indicado como base de cálculo do imposto, haja vista que a lei estabelece, nesse caso, a ocorrência de saídas de mercadorias tributáveis feitas anteriormente e que geraram receitas que foram lançadas no livro contábil sem a comprovação da origem.

Por tudo quanto foi exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 279467.0006/05-3, lavrado contra **AUTO PEÇAS COSTA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no

valor de **R\$18.700,00**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 31 de agosto de 2005.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - RELATOR

MARIA DO SOCORRO AGUIAR FONSECA - JULGADORA